



## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

### O RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: uma análise a partir da formação sócio-histórica

Keylla Myllena Lima dos Anjos<sup>1</sup>  
Pollyana Gonçalves dos Inocentes<sup>2</sup>

#### RESUMO

Esta produção tem como objetivo analisar o fenômeno do racismo estrutural no Brasil enquanto um desdobramento da formação sócio-histórica do país. Para tanto, parte de uma perspectiva crítica e dialética e adota-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental em livros, artigos e documentos que trabalham a temática. Para uma melhor apreensão do objeto de pesquisa, optou-se por fazer uma análise da formação social brasileira a partir de seu processo de colonização.

**Palavras-Chaves:** Formação Social Brasileira. Escravidão. Racismo Estrutural.

#### ABSTRACT

This production aims to analyze the phenomenon of structural racism in Brazil as an unfolding of the country's socio-historical formation. To do so, starts from a critical and dialectical perspective and adopts bibliographic, documentary research in books, articles and documents dealing with the theme as methodology. For a better understanding of the research object, it was decided to make an analysis of the Brazilian social formation based on its colonization process.

**Keywords:** Brazilian Social Formation. Slavery. Structural Racism.

#### INTRODUÇÃO

O estudo versa sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira, bem como uma análise da formação social brasileira e as respectivas marcas designadas à

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social.

<sup>2</sup> Assistente Social, discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

população negra, por meio da desigualdade que estrutura. No entanto, para discutirmos sobre racismo e preconceito racial, foi necessário compreendermos as definições do termo. Segundo Almeida (2018), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, de modo em que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertencem.

A partir desse percurso, o objetivo do estudo foi analisar o contexto histórico das estruturas de hierarquização social em relação à população negra ao identificar as desigualdades concernentes que se manifestam desde a formação social do Brasil e suas reproduções na sociedade brasileira, como o racismo estrutural frutos de heranças da colonização perpassadas e perpetuadas na contemporaneidade.

Compreendemos que é importante debatermos e discutirmos sobre a formação social brasileira e a estruturação do racismo e o que a falta de políticas de inclusão acarretaram com os resquícios dessa base desigual que ainda, na atualidade, se expressa através da interiorização do preconceito e da negação do racismo atual no Brasil.

## **2 A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A ESTRUTURAÇÃO DO RACISMO**

Um estudo sobre a formação econômica-social e política do Brasil deve levar em consideração sua particularidade histórica de formação social colonial e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo como um todo “a colonização do Novo Mundo, a partir do século XVI, constitui-se num elemento integrante da expansão capitalista, que parte, agora, para a reprodução ampliada do seu processo de autorreposição” (MAZZEO, 1997, p. 59).

Mazzeo (1997) situa duas correntes clássicas de interpretação de vertente marxistas que subsidiam o entendimento da realidade da sociedade brasileira: a “Teoria Consagrada”, assim designada por Caio Prado Júnior (2011) e a corrente de análise que situa a América Latina no contexto histórico-concreto do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC).

No que se refere à interpretação da formação social das colônias, Prado Júnior (2004), trabalha numa perspectiva claramente marxista e situa a América Latina no contexto histórico-concreto do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista,

revelando as contradições presentes no processo de colonização, alicerçado por um sistema capitalista primitivo.

O desenvolvimento do capitalismo nas colônias deu-se com especificidades próprias, portanto a formação social brasileira apresenta uma particularidade histórica, determinada pela lógica inerente do capital de “amoldar-se” e de constituição de novas formas para sua autorreprodução. O processo de colonização do continente americano e a particularidade histórica do Brasil estão inseridos “no amplo processo de acumulação originária do capital, iniciado a partir do século XVI” (MAZZEO, 1997, p. 15).

O continente americano esteve desde a sua gênese, fase do *descobrimento*, processo de colonização e formação da estrutura econômica em um movimento dialético integrado ao sistema capitalista, integrando e constituindo o desenvolvimento do capitalismo em sua totalidade, conforme assinala Prado Júnior (2004).

O processo de colonização do *Novo Mundo* deve ser analisado a partir do processo da expansão europeia, no bojo do esfacelamento do Modo de Produção Feudal. Nesse contexto em que se desenvolvem novas relações de produção e de forças produtivas que irá se constituir a gênese do Modo de Produção Capitalista. Nessas condições históricas que se dará o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, com o aparecimento de novas formas de produção, mas também novas formas político-ideológicas que irão permitir o desenvolvimento da sociedade burguesa (MAZZEO, 1997).

O processo do desenvolvimento econômico da Colônia é dividido em fases distintas: o período de 1500-1530 – as primeiras ocupações, marcadas fortemente pela extração do Pau-Brasil pelos índios; 1530-1640 – ocupação efetiva, a partir do desenvolvimento da agricultura e atividades afins; o período de 1640-1770 apresenta três momentos – a expansão do processo de ocupação, com o início de um novo sistema político e administrativo da Colônia, o ciclo da mineração e ocupação no Centro Sul e a pecuária e o povoamento no Nordeste e colonização do vale Amazônico e o período de 1770-1808 – marcada como o apogeu da Colônia a partir do renascimento da agricultura, a incorporação do Rio do Sul e o declínio do período Colonial (PRADO JR, 2004).

O *sistema colonial* “[...] apresenta-se nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização

[ou seja:] na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa [...]” (Novais, 1979 *apud* Mazzeo, 1997, p. 60-61). Sob outra perspectiva de análise acerca do sistema colonial, contrapondo-se a concepção de Novais (1979), entende-se que o sistema colonial,

[...] parte do conjunto de situações de reprodução que o capitalismo engendra, a partir do século XVI, tido por Marx como a “era do capital”. Nesse sentido, então, divergimos de Novais, para quem o sistema colonial do mercantilismo é o construtor da colonização europeia, entre os descobrimentos marítimos e a Revolução Industrial. Inversamente entendemos que é a necessidade de produção de mercadorias para um mercado que se ampliava enormemente, na Europa o *aspecto determinante* da ocupação das terras descobertas, destinando-as à produção em grande escala. Assim, a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias altamente valiosas darão sentido à existência de um sistema colonial aos mercados europeus, articulando o desenvolvimento da concentração a partir de múltiplas atividades que o capital cria, em seu processo de autorreposição (MAZZEO, 1997, p. 60, grifos do autor).

O sistema colonial expressa o papel das colônias na produção mundial, o que significa dizer, o lugar que as colônias ocuparam na divisão internacional do trabalho. Assim, o processo de colonização e a necessidade de produção de mercadorias em grande escala para a metrópole foram determinantes para a criação do sistema colonial, integrado e estruturado ao sistema capitalista, materializado nas colônias no continente americano.

A extinção da servidão na Europa ocidental – responsável em atender o crescimento da produção de mercadorias foi determinante para a introdução do trabalho escravo nas colônias, denominada de *segunda servidão*<sup>3</sup> que passam a produzir para atender às necessidades dos centros de produção na Europa. A implantação do trabalho forçado, “constitui-se numa imperiosidade do processo de acumulação do capital” (MAZZEO, 1997, p. 82).

A necessidade de produzir mercadorias para atender os centros consumidores do continente europeu foi determinante para a implantação do trabalho forçado nas colônias americanas. A produção nas colônias direcionava-se para produtos altamente comercializáveis no centro do capitalismo mercantil. Dentre os produtos com procura estavam o “açúcar, o tabaco, o algodão, o anil, o cacau, as madeiras etc.” (MAZZEO, 1997, p. 84).

---

<sup>3</sup> Assim denominada por Mazzeo (1997).

Portanto a *descoberta* do Brasil foi consequência da expansão marítima portuguesa, quando a Europa evoluía do feudalismo ao capitalismo e Portugal não conseguiu encontrar a passagem que estimularia o desenvolvimento do 'seu' capitalismo. Por não encontrá-la, foi vítima do processo, transformando-se em um anacronismo que a exploração colonialista não pôde superar – antes complicou como duzentos anos depois o marquês de Pombal viu com clareza (CHIAVENATO, 2012, p. 56).

A conjuntura econômica do Brasil no período colonial é de uma sociedade pré-capitalista, sustentada na exploração do trabalho forçado de negros trazidos da África na condição de escravos. “O novo, o latifúndio escravista moderno – capitalista – introduzido no século XVI, marcará com profundidade o desenvolvimento histórico-social do Brasil” (MAZZEO, 1997, p. 87).

[...] tratava de um modo de produção escravista (de resto, o adjetivo colonial não me parece caracterizar o modo de produção, no sentido de atribuir-lhes novas leis, mas indica precisamente o seu vínculo de subordinação formal ao capital internacional: uma subordinação que certamente sobredetermina essas leis, que são porém as leis gerais de todo modo de produção escravista com dominância mercantil). É o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômica (COUTINHO, 2011, p. 39).

Para Coutinho (2011), a marca escravista interfere na produtividade econômica – o modo de produção tornava-se formalmente subordinado ao capital internacional e na estruturação de classes – a partir da criação de classes marginalizadas pelo sistema, na cidade e no campo, que só podem se reproduzir através do *favor* dos poderosos, um traço da nossa formação social. “O ‘favor’, que marca tal relacionamento, consagra vínculos de dependência pessoal, de tipo pré-capitalista; é, por conseguinte, um modo de relacionamento autoritário” [...] (COUTINHO, 2011, p. 43).

Na perspectiva de analisar o passado brasileiro, diversos intelectuais se debruçaram em realizar uma análise interpretativa das origens do Brasil. Dentre eles, destaca-se Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala* (1933), Sérgio Buarque de Holanda – em *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Júnior – em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), nosso ponto de partida nesta produção, dentre outros. Esses autores realizaram uma análise interpretativa do nosso passado, por caminhos distintos, realizando uma ampla investigação histórica para compreender o Brasil contemporâneo.

Holanda (2014), inspirado em Max Weber – elabora a tese do personalismo do colonizador, cunhando o conceito do *homem cordial*: conceito que se tornaria central

na história do pensamento sociológico no Brasil. Em linhas gerais a figura do *homem cordial* é um traço bastante atual do brasileiro.

A exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião, que no catolicismo tridentino parecem representar uma exigência do esforço de reconquista espiritual e da propaganda da fé perante a ofensiva da reforma, encontraram entre nós um terreno de eleição e acomodaram-se bem a outros aspectos típicos de nosso comportamento social. Em particular nossa aversão ao ritualismo é explicável, até certo ponto, nesta ‘terra remissa e algo melancólica’, de que falavam os primeiros observadores europeus (HOLANDA, 1936; pág. 182).

Seguindo a perspectiva weberiana de análise, o Estado não tem como manter o monopólio legítimo da força que se espraia pela sociedade, portanto a cordialidade do brasileiro não exclui o uso da violência, pelo contrário. O *Homem Cordial* é um sujeito dado a atitudes extremas e capaz de agir com extrema violência. A terminologia *extrema* apresenta uma dualidade: extrema, pois a violência acontece fora dos aparelhos de repressão e extrema, no sentido em que expressa um comportamento incapaz de moldar-se aos estatutos legais ou à ordem pública. “A tal ordem o *Homem Cordial* contrapõe a lógica da esfera privada e de seus códigos particulares, que são os códigos dessa esfera. É essa violência – que não é a violência weberiana, monopolizada pelo Estado, e, sim, a violência privada, sancionada por códigos particulares” (SOUZA, 2007, p. 344, grifo do autor). Uma das heranças da era colonial é a família patriarcal e o personalismo.

[...] fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. Como resultado, temos o predomínio, na vida social, dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica; uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 2014, p. 133).

A sociedade brasileira organizou-se economicamente e civilmente a partir de 1532, transcorrido um século em que os portugueses haviam tido contato com os trópicos, demonstrando aptidão para a vida tropical na Índia e na África, mas é no Brasil que a sociedade colonial vai se organizar em bases mais sólidas (FREYRE, 2014).

[...] em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realiza a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor (FREYRE, 2014, p. 65).

Freyre (2014) trabalha numa perspectiva conservadora e frequentemente idílica a formação patriarcal do Brasil. O autor centra suas análises no pátrio poder da aristocracia rural – o patriarcalismo da colonização portuguesa no Brasil, representado pela casa-grande, completado pela senzala, uma colonização baseada na *harmonia* nas relações sociais entre o senhor e o escravo, o latifúndio (casa-grande) e a escravidão (senzala).

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o 'tigre', a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés), de política (o compadrismo) (FREYRE, 2014, p. 36).

A colonização portuguesa no Brasil desenvolveu-se patriarcal, aristocrática e à custa do trabalho escravo. Nisto reside o nosso entendimento enquanto povo-nação: uma nação sem conflitos e sem problemas sociais.

### 3 AS MARCAS DA ESCRAVIDÃO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL DE NEGROS

Feita essa breve exposição acerca dos antecedentes da formação social ou econômico-social brasileira, enquanto uma particularidade do sistema capitalista, a partir de sua gênese na condição de Colônia de Portugal – o processo de colonização buscou atender aos interesses da Metrópole –, no que se refere às suas relações de produção e às forças produtivas. É nesse contexto histórico-social que se coloca a formação social brasileira, “um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações [...] consistiram as suas pré-condições” (NETTO, 2006, grifos do autor).

Um elemento fundamental para a compreensão do período da escravidão no Brasil e seus desdobramentos na estruturação do racismo no Brasil, que nada tem a ver com o Modo de Produção Escravista. A exploração do trabalho escravo foi utilizada já no contexto da fase mercantil do capitalismo.

Assim, a ocupação do território brasileiro e a exploração econômica de suas potencialidades reafirmam o caráter predatório da colonização do Brasil – um processo

colonizador devastador de homens e de recursos naturais. Os três séculos da colonização brasileira – colonizada nos marcos do capitalismo mercantil da Europa, estruturada na grande propriedade rural e baseada na profunda exploração do trabalho escravo, “constituindo-se os primeiros germes da nossa questão social” (SILVA, 2014, p. 44), formaram os elementos históricos que definem as características da sociedade brasileira, elementos estes que explicam a evolução política, econômica, social e cultural do Brasil.

Assim, portanto, o fenômeno da questão social<sup>4</sup> têm raízes no modelo colonial escravista, ainda que latentes:

[...] como sinônimo de contradição, exploração, acumulação, antagonismos, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira, traduzindo-se, historicamente, pelo enfrentamento da servidão indígena, da expropriação do negro, mas fundamentalmente, pelas lutas mais recentes por melhores condições de vida e de trabalho no período industrial, em que ganha expressão e legitimidade, como decorrência das lutas operárias. Decerto que no passado essas lutas tinham caráter elitizante, mas em muitas delas registra-se a participação das massas: luta pela terra, contra a servidão e o extermínio do indígena e, também, pelo fim do trabalho escravo (SILVA, 2014, p, 42).

O modelo econômico escravista adotado pelo colono português, utilizando a mão de obra escrava teve desdobramentos nefastos na sociedade brasileira: a discriminação e o preconceito racial do qual ainda é vítima a população negra neste país e a discriminação social, diretamente vinculado ao modelo econômico aqui implantado.

Chiavenato (2012), afirma que o racismo tem origem na exploração do trabalho escravo e na atualidade através da marginalização da população negra. Entretanto, o autor alerta que tal afirmação não é tão óbvia, considerando que fora projetado ao *mulato* a expressão de “progresso social”, à medida que há o processo de embranquecimento, que reforça o racismo, mascarado pelo *mito da democracia racial*. Com isso, fortalece-se a função prática da ideologia do branqueamento, bem como naturaliza-se.

O ex-escravo assumia a sua feição definitiva na sociedade brasileira: negro. Negro passou a ser marca, sinal de inferioridade que aumentou na medida do embranquecimento do país, aviltando homens e mulheres ‘de cor’ e

---

<sup>4</sup> A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) (IAMAMOTO, 2012, p.17).

umentando o número de mulatos que aspiravam à branquidão (CHIAVENATO, 2012, p. 226).

Decorre desta estrutura de sociedade – de economia colonial escravista –, alicerçada em um modelo econômico de dependência e de subordinação ao mercado mundial, refletido na desigualdade social, no processo permanente de exclusão social, na segregação e no controle social, sobretudo da população negra, pobre e periférica deste país.

O processo de formação social do Brasil, desde a sua gênese carrega as marcas de uma ordem alicerçada na dependência ao capital estrangeiro, modelo de agricultura assentada na exploração do trabalho escravo e negro, uma consciência de classe e o *ethos* burguês, que sedimentaram o preconceito e o racismo fortemente presente em nossa sociedade (SALES, 2007).

Nesta grande fratura social residem, pois, as raízes de uma sociabilidade autoritária, cujas principais características eram: segregação, desprezo pela massa despossuída, naturalização da grande distância social em termos de condições de vida e de trabalho entre os brasileiros, desvalorização cultural do mundo do trabalho, banalização da violência privada contra desde os escravos até os trabalhadores, dentre outros (SALES, 2007, p. 51).

Desde o período colonial até a atualidade que a cultura política engendrada no Brasil – embora tenha existido em vários momentos da história um forte investimento na construção de marcos civilizatórios, resistência em reconhecer direitos, associados às lutas sociais e aos movimentos sociais –, é marcada por discriminações de raça, gênero, classe, religião, cultura, região.

Nesse sentido há uma “polarização de privilégios e carências, repressão, corrupção e autoritarismo, em razão estes últimos da forte penetração do Estado pelos interesses das classes dominantes” (SALES, 2007, p. 56). O que se constata no Brasil é uma forte resistência em assegurar direitos, sobretudo no contexto neoliberal, com a prevalência de práticas antidemocráticas, ancoradas na cultura da desigualdade e na violência.

O Brasil carrega as marcas de uma sociedade historicamente *partida, desigual, cindida*, em que a escravidão marca profundamente seu passado e presente, elemento constitutivo do baixo enraizamento da cidadania no país. Mesmo com o processo da abolição da escravidão no Brasil, “[...] os negros não foram alvo de nenhuma política

pública expressiva: não receberam escolas, nem terras, nem empregos” (SALES, 2007, p. 63).

#### 4 RACISMO ESTRUTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

O racismo é uma prática estruturada no Brasil, herança da escravidão que se faz presente na realidade cotidiana da sociedade. As consequências dos anos de escravidão, com a exploração, a opressão, não acabaram com a chamada Lei Áurea, visto que o “trabalho livre” desencadeou uma série de novas dificuldades para a população negra “livre”, a fim de vender sua força de trabalho, porém passou a ser marca de inferioridade, segregação, sem qualificação, empregos subalternos e sem acesso a moradias dignas, passaram à habitar os morros<sup>5</sup>.

O racismo é um sistema de opressão que nega direitos à população negra; entretanto, cabe destacar que é uma crença na existência das raças através de uma hierarquização, parte da ideia de que um grupo exerce poder em detrimento de outro, poder esse fundamentado na relação da ideologia de dominação. Ele está manifestado em diferentes formas, sendo ele estrutural ou institucional; essas manifestações estão associadas a várias violações que destroem e que geram violência, desigualdade racial, extermínio da população, perseguição religiosa (mais precisamente racismo religioso).

[...] o racismo se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio, que se distribuem em grupos raciais, se reproduzem no âmbito da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo pode levar à segregação racial, ou seja, à divisão espacial de raças em bairros – guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes de segregacionistas dos EUA e o Aparttheid Sul-Africano (ALMEIDA, 2018, p. 27).

Faz-se necessário elucidarmos como essas questões baseadas em estereótipos de determinados indivíduos ou que pertencem a um grupo racializado, como a origem, a cultura, a religião e o fenótipo, ou seja, o racismo é de marca. É notório como o racismo se manifesta e atua, na sua forma mais perversa, no cotidiano das pessoas não brancas,

---

<sup>5</sup> Lugar onde a população negra construiu suas moradias; no início, passaram a ser chamadas de favelas, hoje são conhecidas como comunidade.

e como é difícil conviver com essa realidade na busca de estratégias de sobrevivência na luta diária dos indivíduos que estão vitimados por essas relações sociais.

Fanon (2008) destaca que um homem ou mulher só é racista devido a estrutura da sociedade em que vivem é racista. No entanto, é possível afirmar que a estrutura da sociedade brasileira é racista desde a gênese. De acordo com o autor o racismo foi se metamorfoseando ao longo do tempo, e está enraizado nos indivíduos.

A herança da escravidão, deixada para a população negra, trouxe resquícios, como: trabalhos inferiorizados, não acesso à educação de qualidade e, sistematicamente, posições subalternas dentro de um ambiente racista como um método de dominação de uma raça em detrimento de outra.

É na exploração do trabalho escravo – e hoje na marginalidade social – que está a origem do racismo brasileiro. Essa obviedade não é tão óbvia assim, quando se projeta no mulato a expressão de ‘progresso social’ à medida em que ele embranquece. Pelo contrário, reforça o racismo, mascarando-o como uma aparente ‘democracia racial’ e fortalecendo a função prática e a ideologia do branqueamento (CHIAVENATO, 2012, p. 226).

O autor destaca as ideias e as concepções de que existam as igualdades social e racial, ao mascarar o racismo, na sociedade, configurado em uma democracia racial inexistente, uma aniquilação social para a população negra; as feridas da discriminação racial se exibem na realidade do país. Nascimento (1978) aponta que o embranquecimento cultural foi uma estratégia de genocídio, de modo que as classes dominantes brancas têm a sua disposição total no controle social e cultural, no sistema educativo, nas formas de comunicação em massa, na produção literária; todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes, no poder, e são usados para destruir o negro como pessoa, bem como condutor de uma cultura própria que restringe a sua mobilidade social.

Em razão disso, é indispensável compreender as estruturas sociais na sociedade brasileira e a inserção da população negra na sociedade de classes; sendo assim, Fernandes (1965) sustenta a tese de que as relações raciais são heranças do passado, parte da concepção que advém da ideia de que o racismo seria incompatível com os valores jurídicos, econômicos e morais da sociedade de classes, e por esse fator a ordem emergente tenderia a incluir a população atingida por essa “anomalia”.

Dessa maneira, a ideia de que haja uma democracia racial nega o racismo existente; a sociedade, no bojo de sua estruturação, é marcada por diversas desigualdades no âmbito de sua formação, os indicadores sociais apontam que a população negra se situa em patamares de subalternidade ocupando lugares de inferioridade no mercado de trabalho, sobretudo nas oportunidades educacionais.

As relações sociais fundam-se de modo a estabelecer lugares de privilégio ou exclusão na hierarquia social. As práticas de violência e o genocídio<sup>6</sup> da população negra se perpetuaram e se atualizaram, ao longo da história, com o encarceramento em massa, a repressão policial, a violência física, psicológica, a demonização das expressões culturais, religiosas, dentre outras. O racismo foi instituído, sobretudo naturalizado na nossa sociedade. Nesse sentido, é possível compreender como a branquitude está posta nessas relações e entender o branco não apenas como um sujeito dentro da estrutura social racista, mas como aquele que perpetua, propositadamente ou não, discriminação nessa dinâmica.

O fato é que a ideia de embranquecimento foi uma tentativa de genocídio da população negra, a questão racial se tornou um fator de impedimento na mobilidade social da população negra. De tal modo, é fundamental o reconhecimento das pessoas brancas que possuem lugares sociais de privilégios, é preciso assumir que o racismo e as desigualdades econômicas e sociais são consequências do colonialismo e do escravismo. Contudo, vale ressaltar que a luta antirracista não é apenas das negras e negros, é uma luta de todos pela transformação de uma sociedade igualitária, inclusiva que garanta direitos à população negra.

## 5 CONCLUSÃO

A formação social e econômica brasileira está inserida no quadro americano enquanto uma particularidade histórica, na medida em que o capitalismo se desenvolveu com especificidades próprias nas colônias. A colonização da América e a particularidade do Brasil estão inseridas no amplo processo de acumulação primitiva do capital.

---

<sup>6</sup> Refere-se ao extermínio e ao aniquilamento da população negra.

A sociedade colonial brasileira se formou na fase mercantil do capitalismo estruturada na grande propriedade rural, tendo a lavoura como setor predominante, inicialmente com o cultivo do açúcar e depois do café e baseada na profunda exploração do trabalho escravo, justificada pelo baixo custo da mão de obra escrava e subordinada e dependente do mercado mundial.

A escravidão, o colonialismo, exploração e o racismo geraram elementos que se configuram, atualmente, como desigualdade racial e social, definidos no processo de colonização do Brasil, onde as opressões estabeleceram relações de inferioridade dos negros se comparados aos brancos.

Dessa forma, a população negra, no período pós-abolição, segue vitimada na política de Estado, com a supremacia branca e o branqueamento da população, além das expressões da questão social, as quais estão inseridas as discriminações raciais que se perpetuaram em uma viabilidade com a reprodução sistêmica de práticas racistas na sociedade, ou seja, o racismo é estrutural. No entanto, é um processo histórico e político, que cria condições sociais para que grupos racialmente identificados sofram de discriminação de forma sistemática, que partem de comportamentos individuais ou institucionais de uma sociedade.

O sistema capitalista-racista-patriarcal estruturou relações de opressão e exploração no território brasileiro. É fundamental a compreensão de nossas raízes para a construção de novas mediações capazes de transformarem a estrutura econômica, política, social e cultura do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. **Letalidade infanto-juvenil:** dados da violência e políticas públicas existentes / elaboração de Thaís Cristina Alves Passos – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 110 p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento:** os jovens do Brasil / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015.

CALMOM, Pedro. **História Social do Brasil – volume 1**: espírito da Sociedade Colonial. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1º ed. 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. – 4. ed. – São Paulo: Expressão Popular: 2011.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande&Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso; biobibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. – [52. ed.] – São Paulo: Global, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil (1936)** — 27a edição; São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCAO, M.A (org). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. – São Paulo: Cortez, 1997

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA (org.). **Superando o Racismo na Escola**. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2006

SALES, Mione Apolinário. **(IN)VISIBILIDADE PERVERSA**: Adolescentes infratores como metáfora da violência. – São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Já. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SILVA, Maria Nilza. **A mulher negra**. Revista Espaço Acadêmico. Maringá: UEM, n 22, 2003.

SIQUEIRA Maria da Penha Smarzaró. **Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira**. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009

SOUZA, Ricardo Luiz. **As raízes e o futuro do “Homem Cordial” segundo Sérgio Buarque de Holanda**. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 50, p. 343-353, Maio/Ago. 2007.